

# **Agroecologia e agricultura urbana na cidade de São Paulo: movimentos socioespaciais e socioterritoriais**

**Marcelo Gomes Justo**

Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI-Unesp) – São Paulo, São Paulo, Brasil.

e-mail: marcelojusto2015@gmail.com

## **Resumo**

O artigo apresenta dados e análises sobre a produção orgânica e agroecológica na cidade de São Paulo, no contexto da discussão sobre transição agroecológica. A metodologia baseia-se em levantamentos de dados secundários e entrevistas abertas com membros da agroecologia. É apresentado um mapa síntese configurando a ação combinada de movimentos socioespaciais e socioterritoriais pela agroecologia na cidade de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo. São discutidos os conceitos de agroecologia, agricultura urbana e periurbana (AUP) e de movimentos socioespaciais e socioterritoriais como ferramentas de análise. A ação combinada de movimentos socioespaciais e socioterritoriais é necessária para a expansão da agroecologia.

**Palavras chave:** agroecologia; agricultura urbana; São Paulo; movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

## **Agroecology and urban agriculture in Sao Paulo city: sociospatial and socioterritorial movements**

### **Abstract**

The article presents data and analyses on organic and agroecological production in the city of São Paulo, in the context of the discussion on agroecological transition. The methodology is based on surveys of secondary data and on open interviews. A synthesis map is presented, configuring the combined action of socio-spatial and socio-territorial movements by agroecology in the city of São Paulo and the metropolitan region of São Paulo. The concepts of agroecology, urban and peri-urban agriculture and socio-spatial and socio-territorial movements as analytical tools are discussed. The combined action of socio-spatial and socio-territorial movements is necessary for the expansion of agroecology.

**Keywords:** agroecology; urban agriculture; São Paulo city; sociospatial and socioterritorial movements.

## **Agroecología y agricultura urbana en la ciudad de Sao Paulo: movimientos socioespaciales y socioterritoriales**

### **Resumen**

El artículo presenta datos y análisis sobre la producción orgánica y agroecológica en la ciudad de Sao Paulo, en el contexto del debate sobre la transición agroecológica. La metodología es encuestas de datos secundarios y entrevistas abiertas. Se presenta un mapa de síntesis, que configura la acción combinada de los movimientos socioespaciales y socioterritoriales por parte de la agroecología en la ciudad de Sao Paulo y en la región metropolitana de Sao Paulo. Se discuten los conceptos de agroecología, agricultura urbana y periurbana (AUP) y movimientos socioespaciales y socioterritoriales como herramientas

analíticas. La acción combinada de los movimientos socioespaciales y socioterritoriales es necesaria para la expansión de la Agroecología.

**Palabras clave:** agroecología; agricultura urbana; Sao Paulo; movimientos socioespaciales y socioterritoriales.

## Introdução

A agroecologia na cidade de São Paulo e entorno é um movimento político cujos sujeitos buscam alimentos saudáveis e lutam pelo direito humano à alimentação adequada e saudável, que vai além da produção orgânica. Dentre os sujeitos, há militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, ativistas da permacultura, coletivos de hortas urbanas, coletivos de jovens das periferias, sitiantes e indígenas Guarani, associações de produtores orgânicos das zonas leste e norte, grupos de estudantes e pesquisadores universitários. Como toda ação política, os territórios estão em disputa: sítios, praças, terrenos vazios e assentamentos podem ser apropriados pela agricultura orgânica ou pela produção com agrotóxicos. Como a produção orgânica é formalizada legalmente, é possível ser contabilizada. A agroecológica é difícil de mensurar; mais do que medir, o importante é apontar sua movimentação espacial e territorial e a busca por soberania alimentar. Em termos relativos, os números de produtores orgânicos não são pequenos em comparação à quantidade de estabelecimentos agrícolas na cidade. Além da produção orgânica e nos meandros da cidade, as movimentações pela agroecologia têm ganhado expressividade e representação, inclusive nas instâncias legislativas.

O artigo apresenta parte da pesquisa intitulada Agroecologia e Comunas da Terra na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Realiza-se o objetivo de identificar e interpretar a produção orgânica e/ou agroecológica na cidade de São Paulo. A metodologia consiste em levantamento e sistematização de dados secundários, como o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2018), do Censo Agropecuário (IBGE, 2006), entre outros, e entrevistas abertas com um membro do Movimento Urbano de Agroecologia (MUDA-SP), um membro do coletivo Estudos e Práticas em Agroecologia e Reencantamento Humana (EPARREH) e com uma liderança indígena Guarani da aldeia Kalipety, na zona sul da cidade de São Paulo. As respectivas entrevistas estão devidamente creditadas em notas de rodapé.

Diante dos dados e de mapeamento sobre produção orgânica e agroecológica em São Paulo, o presente artigo apresenta novos elementos sobre as movimentações pela agricultura urbana e pela agroecologia na cidade. A chave de interpretação do tema pela perspectiva dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, a representação cartográfica para explicar a dinâmica desses movimentos pela agroecologia e o destaque aos dados

empíricos sobre o envolvimento dos Guarani de Parelheiros no movimento pela agroecologia são as contribuições apresentadas.

Sequencialmente, são apresentados dados sobre a cidade de São Paulo, a definição de produção orgânica e a caracterização de processo de transição agroecológica. O mapeamento dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais pela agroecologia é explicado e, posteriormente, são apresentados os sujeitos presentes. Tal exposição remete ao conjunto de questões relacionadas a agroecologia, movimentos socioterritoriais e agricultura urbana.

### **São Paulo: agricultura orgânica e transição agroecológica**

São Paulo é uma cidade de 1.500 km<sup>2</sup>, com cerca de 12 milhões de habitantes, sendo 99,1% morando em área urbana e 0,9% em área rural. De acordo com o Censo de 2010, dos 100.536 habitantes em área rural, 45,6% estão na região sul 2 (com destaque para os distritos de Parelheiros e Capela do Socorro), a região leste 2 (especialmente São Miguel) e zona norte, com 23,6%. Mesmo com uma porcentagem ínfima de população rural, o gigantismo da cidade garante mais de cem mil habitantes em área rural. Lembrando que nem 7% dos municípios brasileiros tem mais de que cem mil habitantes.

No município de São Paulo, segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), havia 193 estabelecimentos agrícolas, num total de 8.000 ha. Desse total, a agricultura familiar camponesa tem 130 estabelecimentos em 556 hectares (ha) totais e a agricultura patronal capitalista, 63 estabelecimentos em 7.443 ha. A Prefeitura não possui uma secretaria de agricultura ou de segurança alimentar, mas o acompanhamento dos conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional (COSAN) e de desenvolvimento rural sustentável e solidário (CMDRSS) estão sob o organograma de Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, desde 2015<sup>1</sup>. A imagem de floresta de prédios de São Paulo esconde a presença da produção agrícola; por exemplo, dados do IBGE (2016) apontaram para um área plantada de lavoura permanente e temporários de 91 ha (número bem menor do que os dados do censo agropecuário), cuja colheita destacada, em quantidade, foi de banana, feijão, cana, mandioca, caqui e café. São números pequenos para suprir a cidade onde circulam milhões de toneladas de hortifrutigranjeiros. Mas, permitem adentrar a cidade pelo seu avesso.

Segundo levantamento no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (MAPA, 2018), há na cidade um total 76 registros, sendo 44 de pessoas físicas ou jurídicas com

---

<sup>1</sup> Atualmente é Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, renomeada em 2017, pelo então prefeito. Ainda possui no organograma a COSAN – Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional.

certificados (pagos) e 32 com validação por participação (a ser explicado mais a frente). Dos 44 produtores certificados, foi possível identificar, pelo menos, 29 que se referem a estabelecimentos de processamento industrial de origem orgânica, como embalagem de vegetais, indústrias de chocolate, café e papinhas; o restante é um número pequeno de produtores primários de vegetais. Dos 32 registros por participação, há 13 pessoas físicas que integram Organizações de Controle Social (OCS) para produção primária vegetal, sendo 10 dos Agricultores da Zona Leste (que serão vistos mais a frente) e 3 da OCS São Paulo, cujo local não é possível identificar; e, há 19 pessoas físicas com produção primária vegetal por Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica (OPAC) da Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (que será vista quando tratarmos da Cooperapas, na zona sul). Assim, do total de 76 registros oficiais de produtores orgânicos, em 2018, cerca de metade são comprovadamente pequenos agricultores e o restante são empresas de processamentos de alimentos de origem orgânica, cujos portes não são identificáveis no referido cadastro. Nesses últimos casos, provavelmente não se trata de estabelecimentos agrícolas. Dos 130 estabelecimentos agrícolas familiares (IBGE, 2006), os registrados como orgânicos são 32, o que resulta em quase 25% (comparando dados de anos tão distantes). Tal porcentagem pode ser um pouco maior devido a alguns registros por certificadoras e pela constatação de iniciativas de orgânicos que ainda não são credenciadas. Interessa enfatizar que a proporção de orgânicos não é desprezível (mesmo que em números absolutos seja muito pequena para o tamanho da cidade) e, principalmente, que há distintas apropriações do “orgânico”, seja como nicho do mercado de alimentos processados ou como direito humano à alimentação adequada e saudável. Por isso, a agroecologia entra com força no debate, conforme será visto.

O Cadastro Nacional da Agricultura Orgânica (MAPA, 2018) registra cada produtor por: tipo de certificação, se é certificadora ou se é OCS ou OPAC, município, número de cadastro de pessoa física ou jurídica e o escopo da produção (produtos processados de origem vegetal ou de origem animal; produtos primários vegetal ou animal). No caso de produtos processados de origem vegetal pode ser, por exemplo, cápsulas de café, chocolates, comida pronta congelada, papinhas para bebês etc. Nos casos dos produtos primários vegetais e animais são os plantios e as criações. Usando o filtro para o município, foram contabilizados os dados para a cidade de São Paulo e demais municípios da RMSP. Como não há a informação sobre o tamanho dos estabelecimentos, os dados foram agrupados pela forma de reconhecimento de orgânico: por certificadora (que é um serviço pago) ou OCS/OPAC (participativo e não pago). O escopo mostra a diferença entre ser produção primária e ter processamento, que pode ser algo industrial ou pequena produção.

A produção orgânica no Brasil é regulada por lei desde 2003. A lei federal No. 10.831/2003 a define da seguinte maneira:

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

Segundo essa lei, o sistema orgânico abrange as produções denominadas de ecológica, biodinâmica, agroecológica, permacultura e outras. Em decorrência dessa lei, os produtores com interesse em comercializar orgânicos devem estar cadastrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Há dois caminhos, segundo normas do MAPA<sup>2</sup>: 1) Obter certificado por um Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC) credenciado no MAPA, assim, os produtos vão ter um selo de orgânico e poderão ser comercializados livremente, trata-se de certificadoras com controle por auditoria; 2) Organizar-se como grupo e cadastrar-se no MAPA para venda sem certificação. Sem certificado, não se pode vender para terceiros, só em feiras (ou diretamente ao consumidor) e para a compra pelo governo. Nesse segundo caminho, o produtor pode se ligar a um Sistema Participativo de Garantia – SPG, sob certificação de um Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica – OPAC; o controle regular é pela participação do agricultor na OPAC. Ou, para venda direta ou institucional, os agricultores podem formar uma Organização de Controle Social – OCS.

O decreto No. 7794<sup>3</sup>, de 2012, instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, definiu produção de base agroecológica como a que “busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social”, igual ao que a lei No. 10.831 estabelecia para a produção orgânica. Ou seja, quase não há especificidade da agroecologia. Nesse decreto, a “transição agroecológica” é definida como um processo gradual de práticas e de manejo de agroecossistemas, visando atingir sistemas de agricultura com princípios e tecnologias de base ecológica.

No entanto, a literatura acadêmica sobre agroecologia identifica três fases no processo de transição agroecológica. São eles: a redução e racionalização do uso de agroquímicos e fertilizantes sintéticos; a substituição de insumos químicos por biológicos

<sup>2</sup> MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Como regularizar a produção orgânica. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/regularizacao-da-producao>

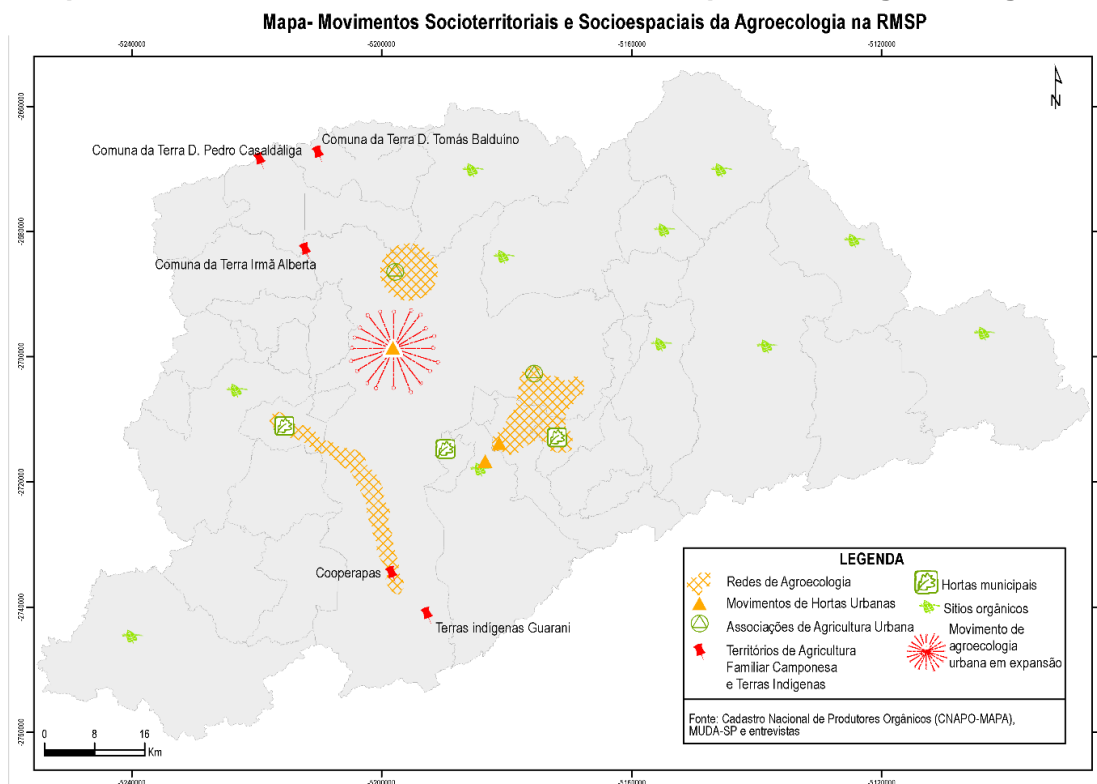
<sup>3</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm)

(com a diminuição da dependência externa); o manejo da biodiversidade e o inteiro redesenho dos sistemas produtivos. Os três passos não são lineares, estão sujeitos a idas e vindas; porém, somente com o terceiro passo é que se conquistará a transição (EMBRAPA, 2006, p. 27-30; ALTIERI, 2012, PRIMAVESI, 2016).

Neste trabalho, é seguida a definição de produção orgânica conforme o cadastramento no Ministério da Agricultura, segundo a respectiva lei citada. A definição das três fases da “transição agroecológica” é útil para a classificação geral do que será exposto ao longo deste texto. Entretanto, diferentemente dos termos da lei referida, a agroecologia é entendida aqui não como parte da produção orgânica e sim como algo maior que envolve movimentos socioespaciais e socioterritoriais (FERNANDES, 2005) e políticas voltados para uma agricultura que supere a capitalista. Assim, são trabalhados dados da produção orgânica diante de situações de transição agroecológica, que podem contribuir, ou não, para a construção da agroecologia.

## Agroecologia como conjunto de movimentos socioespaciais e socioterritoriais

### Mapa 1 – Movimentos Socioterritoriais e Socioespaciais da Agroecologia na RMSP



Fonte: dados da pesquisa. Elaboração: Marcia Arteaga e AUTOR

No mapa acima, busca-se uma visualização síntese focada na cidade de São Paulo no contexto dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais para a agroecologia no conjunto da RMSP.

Primeiro, destacam-se os movimentos socioterritoriais, que envolvem conquista de terras. Eles estão nas três Comunas da Terra Irmã Alberta, Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino (respectivamente no distrito de Perus/SP, em Cajamar e em Franco da Rocha), organizadas pelo MST, na Cooperapas (Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul) e nas aldeias indígenas Guarani, na zona sul de São Paulo (representados no mapa com apontadores vermelhos, que estão georreferenciados). Há conquista de território com práticas agrícolas orgânicas ou agroecológicas. Além desses, somam-se os 40 sítios orgânicos cadastrados como OPAC ou OCS distribuídos por 12 municípios da RMSP, portanto, poucas unidades em cada (representados com um broto verde no mapa).

Os Guarani da zona sul conquistaram 16.000 ha, que consideram ser necessários para recuperarem os cultivos tradicionais e não dependerem de alimentos industrializados, colocam-se como parte do movimento agroecológico. Sua luta por terra tem claramente o sentido da busca por soberania alimentar. Na Cooperapas, há cerca de 30 famílias de sítiantes, sendo 19 com registro de OPAC. Na Comuna Irmã Alberta, vivem em torno de 35 famílias em seus sítios com produções diversificadas e orgânicas, sem uso de agrotóxicos, num movimento de resgatar a identidade camponesa. Porém, como ainda não houve a desapropriação da fazenda, não podem regularizar associações nem ter acesso às políticas para agricultura familiar. Além disso, a presença dos agricultores na Comuna Irmã Alberta não consta em nenhuma estatística oficial. As Comunas Dom Pedro e Dom Tomás têm 29 e 30 pessoas, respectivamente, organizadas e cadastradas como OCS. São os maiores números por município da RMSP, depois da cidade de São Paulo, devido justamente à ação territorial do MST. Sobre os sítios orgânicos da região, no geral, há dois ou três cadastros em cada município; no entanto, não há informação sobre o tamanho nem sobre propriedade ou arrendamento. Chama a atenção o número de cadastros em Mogi das Cruzes, que é o maior produtor agrícola da RMSP, com 10 registros, divididos em duas OCS: Produtores Orgânicos de Mogi das Cruzes e Região e Associação de Produtores Orgânicos do Alto Tietê. Essas duas OCS têm outros associados também em Arujá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano.

Identificam-se vários movimentos socioespaciais, sem conquista de terras. Temos as hortas urbanas (representadas no mapa com triângulo laranja), que estão espalhadas pela cidade de São Paulo, com estimativa de dezenas por iniciativas da sociedade civil (grupos de moradores, coletivos e organizações não governamentais - ONGs) realizadas em espaços públicos, como praças, escolas e unidades básicas de saúde (por isso, o símbolo

de raios em vermelho no centro de SP). Esse movimento das hortas urbanas aparece também em São Bernardo e Santo André, via ação de ONGs e associações de agricultores e, por isso, está conectado às redes de agroecologia (representada com quadriculado laranja no mapa). Existem, pelo menos, duas associações de agricultores orgânicos da zona norte e da zona leste (sendo 10 registros da OCS – Agricultores da Zona Leste), em terrenos públicos como abaixo de linhas elétricas de alta tensão (onde não pode ter edificações) ou terrenos particulares (representado no mapa pelo círculo com triângulo dentro, em verde). Tais representações (Movimentos de hortas urbanas e Redes de agroecologia) mostram tendências, não possuem precisão na indicação no mapa. As redes de agroecologia (retratadas com quadriculado laranja no mapa), por exemplo a Permaperifa, são coletivos de jovens que unem ações culturais com plantios agroecológicos. Importante colocar que o quadriculado indica a região de atuação sem estar em escala e não são pontos georreferenciados. Há as hortas municipais realizadas pelas prefeituras de Embu, Santo André, São Bernardo, Diadema e Mauá com participação da sociedade civil (representadas no mapa pelo quadrado com folha dentro, em verde). Os movimentos socioespaciais são formados por moradores locais, ativistas, ONGs, universidades e prefeituras, que promovem discussões, organizações e difusão da agricultura urbana e/ou agroecológica. Quando tais ações se apropriam de uma praça ou de uma área sob os linhões de alta tensão, há uma disputa pelos rumos do espaço público e territorialização da luta agroecológica.

Constata-se uma interface entre os movimentos socioterritoriais e socioespaciais, conforme a definição de Fernandes (2005), porque algumas pessoas das hortas urbanas militam nas Comunas da Terra e promovem, há alguns anos, um intercâmbio. Nesses casos, a luta política é bem definida, pessoas da classe média universitária e moradoras da região central unidas aos pobres das periferias em relação de reciprocidade e de construção conjunta da agricultura urbana em locais de maior vulnerabilidade social.

Estamos tratando de números relativamente pequenos na cidade de São Paulo, sendo 32 registros de OCS/OPAC e de 35 a 90 hortas comunitárias entre a cidade e a RMSP. Muitos dos ativistas se conhecem. A precisão dos números de registros como produtores orgânicos nem sempre é condizente com as situações observadas de um espraiamento da adesão à agroecologia. Por exemplo, nas ocupações de terrenos vazios do MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto são feitas hortas comunitárias. O fortalecimento dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais na RMSP depende da maior conexão entre eles, que envolve as trocas de experiências, de saberes e de intercâmbios comerciais.

## **Os sujeitos presentes no mapeamento**



No contexto legal, em 2004, a prefeitura promulgou a lei municipal No. 234, criando o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana – PROAURP<sup>4</sup>. Nos termos desta, a agricultura urbana é toda atividade de cultivo de hortaliças, legumes, plantas medicinais, frutíferas e flores e a criação de animais de pequeno porte, a piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para consumo humano dentro do município. O programa visa combater a fome, incentivar a geração de emprego e renda e a agricultura familiar e o autoconsumo, entre outros objetivos. O poder executivo municipal, de acordo com a lei, efetuará o levantamento de áreas públicas para a implementação do programa, assim como cadastrará as áreas privadas e incentivará, por meios fiscais, o uso delas. O PROAURP foi resultado de ampla discussão entre governo e sociedade civil organizada no Fórum de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de São Paulo em 2002, segundo Badue e Gonçalves (2007). A presença do Estado, via leis e planos estratégicos, pode ser resposta às lutas dos movimentos socioespaciais e forma de entrar nas disputas políticas pelos rumos da agroecologia.

No mesmo ano de 2004<sup>5</sup>, foi decretado um plano diretor estratégico do município, o primeiro a mencionar a agricultura urbana. Em 2006, a gestão municipal criou as Casas de Agricultura Ecológica – CAE para apoio técnico aos agricultores urbanos. No atual Plano Diretor Estratégico de 2014, houve o retorno do conceito de “zona rural”, em decorrência de concepções do território e da gestão urbana que entendem a cidade e a qualidade de vida urbana em relação direta com o fortalecimento da zona rural. Nessas áreas, o Plano propõe incentivar usos e atividades econômicas capazes de conciliar geração de emprego e renda com melhoria da qualidade de vida, redução da vulnerabilidade socioambiental e reconhece a importância da agricultura urbana e periurbana<sup>6</sup>. A lei que aprovou o Plano Diretor Estratégico de 2014 também instituiu o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CMDRSS. O Decreto no. 57.058, de 2016, regulamentou a composição, as competências e o funcionamento do CMDRSS, em que se destaca o reconhecimento da agricultura urbana garantindo a presença de dois representantes de agricultores da zona sul, um da zona leste, outro da zona norte e um do movimento de agricultura urbana da região centro/oeste. A lei municipal no. 16.140/2015 estabelece a obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar do sistema municipal de ensino. Pelos números vistos, as produções

---

<sup>4</sup> Ver: PREFEITURA DE SP, Lei municipal no. 234/2004. Disponível em: [http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios\\_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=13012004L%20137270000](http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=13012004L%20137270000)

<sup>5</sup> A contextualização apresentada se baseou nos trabalhos de Nakamura (2017) e Nagib (2016).

<sup>6</sup> Ver: Apresentação do Plano Diretor Estratégico – 2014. Disponível em: <http://mapacolaborativo.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/bordas-da-cidade/>

locais não seriam suficientes para o suprimento das escolas; porém, a agroecologia depende necessariamente de políticas públicas<sup>7</sup>.

Ainda no contexto legal, em março de 2018, foi promulgada a lei estadual No. 16.684, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Agricultura Orgânica – PEAPO<sup>8</sup>, cujo objetivo é incentivar e promover a agroecologia e a agricultura orgânica. Destaca-se da lei, dentre as atribuições do Estado para realizar tais políticas, criar linhas de crédito e realizar um acréscimo de 30% nas compras institucionais de produtos orgânicos ou em transição agroecológica.

No contexto da sociedade civil organizada, encontra-se um conjunto de organizações não governamentais e de movimentos socioespaciais que atuam pela agroecologia, sendo que algumas fizeram mapeamentos do tema. Gabanyi (2015) apresenta um mapeamento realizado pelo Instituto Vitae Civilis (ONG voltada para o desenvolvimento sustentável), a pesquisa “Agricultura em São Paulo: a importância do engajamento popular para transformação social e ambiental”, realizada em parceria com o Instituto de Economia Aplicada (IEA), da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SAA) e o Instituto de Botânica da Secretaria de Meio Ambiente (SMA), em 2013 e 2014. Com os objetivos de mapear e diagnosticar a agricultura urbana e periurbana na cidade de São Paulo, o artigo descreve sua presença nos quatro pontos da cidade. Esse trabalho mostra algo que resistiu e resiste ao adensamento e se insere num novo contexto em que organizações não governamentais estão, na última década, construindo um movimento em torno da agricultura urbana e da agroecologia. O autor relata na zona leste um modelo de ocupação de espaços ociosos, como terrenos baldios. Um exemplo é a Associação de Produtores Orgânicos da Zona Leste (APO-ZL) que tem 40 agricultores urbanos produzindo em terrenos cedidos por comodato pela Eletropaulo ou pela Sabesp. (O número de associados é maior do que o de registros de OCS, como visto no mapa). Outro exemplo é o da ONG Cidades Sem Fome, que também usa terrenos cedidos pela Eletropaulo. Na zona sul, são cerca de 400 agricultores urbanos, sendo que 90 % praticam a agricultura convencional com agrotóxicos e 10% estão na exceção, que é a Cooperapas, a cooperativa de agricultores de Parelheiros. Vamos aprofundar e acrescentar informações sobre a zona sul mais a frente. A agricultura urbana aos pés da Serra da Cantareira, zona norte, é marcada por imigrantes portugueses e seus descendentes. Os agricultores estão organizados na Associação dos Pequenos Agricultores Familiares do Jardim Damasceno (APAFA), que plantam hortaliças e frutas e criam galinhas, patos, cabritos, carneiros, gado e

---

<sup>7</sup> Na gestão municipal (PT), de 2013 a 2016, quando se aprovou a referida lei, foi realizada uma parceria com as cooperativas do MST do Rio Grande do Sul para o fornecimento de arroz orgânico para a alimentação escolar. No início da gestão municipal seguinte (PSDB), o então secretário de educação firmou contrato com produtores agrícolas de Parelheiros para o fornecimento para as escolas. Sobre a inserção de produtos orgânicos na merenda escolar, ver Badue (2007).

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2018/lei-16684-19.03.2018.html>

principalmente porcos. A regulamentação dessas criações estava em discussão (GABANYI, 2015, p. 99). Outro perfil descrito pelo autor na região é a Comuna da Terra Irmã Alberta, em Perus, num terreno ocupado pelo MST. A agricultura urbana na zona oeste tem a menor área comparada às demais, porém tem um movimento significativo com agricultura urbana em shopping center e com o movimento dos Hortelões Urbanos, que organizaram a Horta das Corujas e outras hortas comunitárias em espaços públicos pela cidade (GABANYI, 2015).

Além desse trabalho, há outros levantamentos ou mapeamentos do circuito orgânico e agroecológico da cidade de São Paulo e da RMSP. Destaco aqui o MUDA-SP e a União de Hortas Comunitárias de SP. O Movimento Urbano de Agroecologia – MUDA-SP<sup>9</sup>, criado em 2013 como coletivo de atuação pela agroecologia, realizou um mapeamento, de modo colaborativo, das hortas orgânicas, restaurantes, feiras e instituições que atuam na área. É atualizado anualmente e abrange a RMSP. É considerado uma referência de levantamento de hortas urbanas na cidade de São Paulo. Numa consulta à página eletrônica, uma seleção dos registros apresentou os seguintes resultados: 95 hortas (em escolas, em praças públicas, em terrenos cedidos - públicos ou privados, em unidades básicas de saúde, e escolas estufas nas sedes de subprefeituras, sítios etc.); 40 organizações que atuam no setor; 66 pontos de venda de orgânicos. Outra referência de mapeamento da produção orgânica na cidade, a União de Hortas Comunitárias de SP<sup>10</sup> apresenta 36 iniciativas na cidade, que são dados mais recentes em comparação ao do MUDA-SP.

Detalhando mais os dados condensados no mapa, são tratadas a seguir duas frentes da agricultura urbana e da agroecologia: uma nas zonas centro-oeste e leste, como as hortas urbanas, e outra na zona sul, com a organização dos agricultores em Parelheiros – Cooperapas e com a Terra Indígena Tenondé Porã, sendo esta destacada porque raramente consta em pesquisas sobre o tema.

### *Agricultura urbana e periurbana (AUP) na região centro-oeste e na zona leste – movimentos socioespaciais*

Como visto anteriormente, a partir de 2004 a agricultura urbana entrou, pela via legal, na pauta política da cidade. Foi resultado da ação dos movimentos socioespaciais da

<sup>9</sup> Agradeço a informações sobre o MUDA-SP e sobre o mapeamento fornecida por um dos membros da organização, André Biazoti, em 20/12/18. Ver: MUDA-SP – [www.muda.org.br](http://www.muda.org.br)

Vale observar que existe também o mapa de feiras orgânicas do IDEC (Instituto de Defesa do Consumidor).

<sup>10</sup> Sobre a União de Hortas Comunitárias de SP, ver: <https://www.facebook.com/UniaodeHortasSP/>. Acessado em: 02/02/2019. Ver também o Portal wiki agricultura urbana: [https://pt.wikiversity.org/wiki/Portal:Agricultura\\_Urbana?fbclid=IwAR3s0D0ov\\_XQO3LPogUMEMJvlpK-EC1PF4ASZSj6mnNUqNli7raVGiXtJYQ#Iniciativas\\_de\\_Agricultura\\_Urbana\\_em\\_S%C3%A3o\\_Paulo](https://pt.wikiversity.org/wiki/Portal:Agricultura_Urbana?fbclid=IwAR3s0D0ov_XQO3LPogUMEMJvlpK-EC1PF4ASZSj6mnNUqNli7raVGiXtJYQ#Iniciativas_de_Agricultura_Urbana_em_S%C3%A3o_Paulo)

agroecologia na cidade. Então, a discussão sobre o tema com suas prováveis proximidades com a agroecologia se fez necessária. Entretanto, sabemos que o trabalho do MST com a proposta das Comunas da Terra já havia colocado a questão da agroecologia nas Regiões Metropolitanas. Os dados secundários sistematizados apontam para um espectro de organizações da sociedade civil que, em formato de coletivos, associações e redes, passaram a atuar em prol da agroecologia a ponto de convergirem num movimento socioespacial de agroecologia urbana. Notam-se dois momentos, um no início dos anos 2000, outro no início da segunda década. Por exemplo, fundados respectivamente em 2000 e 2004, há as associações Instituto Kairós, de consumo responsável, e a Cidades Sem Fome, de hortas urbanas na zona leste. Ainda no ano de 2004, um coletivo de estudantes de humanas da USP chamando EPARREH (Estudos e Práticas em Agroecologia e Reencantamento Humano) se uniu como grupo de estudos e, em seguida, passou a realizar atividades de extensão universitária com hortas comunitárias em Embu das Artes (RIBEIRO, 2013). A partir de 2010, derivando desse trabalho de coletivos como o EPARREH, a rede Permaperifa se articula (Ver nota 15). A cooperativa de consumo ComerAtivamente formada por estudantes da USP e outros, em 2007, em 2011 se conectou com os moradores da Comuna da Terra Irmã Alberta, de Perus, para a compra de alimentos orgânicos (SALGADO e MARCOS, 2012)<sup>11</sup>. Ainda em 2011, formou-se a rede virtual chamada Hortelões Urbanos, de ativismos (virtual e presencial por mudanças no espaço urbano, do uso de bicicleta à agricultura urbana com agroecologia), que foi a responsável pela criação da Horta das Corujas, no bairro da Vila Madalena, na região centro-oeste da cidade (NAGIB, 2016). Alguns desses coletivos convergiram para o MUDA – SP. Na virada dos anos 2010, ocorreu a aproximação com a agroecologia de ativistas universitários moradores da região central da cidade com moradores pobres das periferias e com militantes do MST. Assim, os movimentos pela agroecologia ganharam força no centro da região metropolitana.

Nagib (2016) realiza um estudo específico de horta urbana na cidade de São Paulo. Para tal, discute sobre a definição de agricultura urbana como um ativismo político. Traça um percurso histórico da ideia de agricultura urbana, mostrando elementos das hortas urbanas na Inglaterra do século XIX e passando por referências em trabalhos de urbanistas europeus e dos EUA, de final do século XIX e início do XX, que vão pensar em “cidade-jardim”, “ruralizar a cidade e urbanizar o campo” e no compartilhamento entre trabalho assalariado e dedicação aos jardins domésticos etc. A Horta das Corujas, no bairro da Vila Madalena, é uma experiência de agricultura urbana na região centro-oeste da cidade de São Paulo, num bairro com perfil socioeconômico de classe média alta, segundo a análise do autor. A ação se deu a partir da criação da rede social Hortelões Urbanos, em 2011. O autor

---

<sup>11</sup> Segundo informações posteriores, o grupo ComerAtivamente deixou de comprar a produção da Comuna Irmã Alberta.

coloca como fundamental para a formação da Horta da Corujas, em 2012, o encontro de duas ativistas, a criadora da rede virtual Hortelões Urbanos, Cláudia Visoni<sup>12</sup>, e outra fundadora da associação de moradores e empresários da avenida das Corujas e adjacências. Faz longo relato do processo de formação do grupo virtual do Hortelões, que depois virou grupo de ação presencial para formar a Horta das Corujas. Em 2012, houve as primeiras reuniões abertas com as comunidades do entorno da praça e simpatizantes para começarem os canteiros. Segundo conta, os Hortelões Urbanos realizaram a Horta do Ciclista, na Av. Paulista, onde houve um diálogo com os moradores de rua do local (NAGIB, 2016: 329). Outra referência nesse movimento de agricultura urbana é a horta no Centro Cultural SP. Em 2014, a Prefeitura lançou edital “Redes e Ruas” e o projeto “Cidades Comestíveis”, do MUDA-SP, foi um dos selecionados e visava ampliar o número de hortas urbanas tendo o Centro Cultural SP como uma referência de informações e de atividades para auxiliar na implantação de novas hortas. O lançamento do projeto foi em fevereiro de 2015 (NAGIB, 2016, p. 149).

A associação Cidades Sem Fome é outro exemplo da promoção da agricultura urbana na cidade de São Paulo. Foi criada por Hanz Temp em 2004, e atua na zona leste da cidade, nos distritos de São Mateus, São Miguel Paulista, Cidade Tiradentes e Itaquera, para a criação de hortas comunitárias<sup>13</sup>. O objetivo é a “integração social de grupos vulneráveis” por meio do trabalho na horticultura. O trabalho dessa ONG foi estudado por Pellizon (2017), que apresenta uma pesquisa sobre a implantação e manejo de hortas comunitárias na Região Metropolitana de São Paulo. Trata-se de um estudo de caso sobre a organização e a implantação de 21 hortas comunitárias, que segundo a entidade, envolve 115 pessoas diretamente como agricultores urbanos e garante alimentos para aproximadamente 650 pessoas, sendo considerada produção orgânica. Conclui que houve ganhos socioeconômicos para as famílias envolvidas nas hortas, mas que é preciso ampliar o número de famílias atingidas pelas ações. As hortas representam um potencial transformador para as comunidades porque geram organização e não só alimentos.

Em entrevista<sup>14</sup> com militante da agroecologia (e do MST) e um dos criadores do coletivo EPARREH, ele relata que houve um processo de gestação de um movimento agroecológico em São Paulo entre 2004 e 2010. No início desse período, houve um projeto de extensão universitária da USP em parceria com o programa Fome Zero do governo

---

<sup>12</sup> Em 2018, Cláudia Visoni foi eleita co-deputada estadual pela Bancada Ativista do PSol, encabeçada pela deputada Mônica Seixas. O mandato representará mais um passo na expansão da agroecologia como movimento político anticapitalista.

<sup>13</sup> Sobre a associação, ver: <https://cidadessemfome.org/>. Vale assistir a reportagem do G1 sobre o trabalho da ONG Cidade Sem Fome em São Miguel Paulista – SP: “Moradores transformam terrenos baldios em hortas orgânicas em SP”: <http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2016/02/moradores-transformam-terrenos-baldios-em-hortas-organicas-em-sp.html>

<sup>14</sup> Entrevista aberta com Lucas Ciola realizada em 20/4/18, no prédio da História e Geografia, FFLCH/USP. Agradeço a disposição. Sobre a história do Coletivo EPARREH, ver: Ribeiro (2013).

federal para a criação de hortas comunitárias e escolares nas periferias de São Paulo e em Taboão da Serra e Embu. Por volta de 2010, a parceria com o governo terminou e houve a formação de coletivos voltados à educação ambiental e uma cooperativa de semeadores, que uniu o trabalho nas periferias com a classe média dos distritos centrais da cidade originando o MUDA SP – Movimento Urbano de Agroecologia. Tal movimento visou promover em SP as hortas urbanas, experiências que estavam ocorrendo na Europa e na América do Norte. Surge também a rede Permaperifa, que articula vários coletivos de produção e/ou distribuições de alimentos agroecológicos, assim como as lutas feministas e das diferentes questões envolvendo os negros das periferias. Há coletivos na zona norte, na zona leste e em Santo André e São Bernardo, num total de 20 grupos envolvendo diretamente cerca de 150 pessoas, relatou<sup>15</sup>.

### **Cooperapas (Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul) - transição agroecológica na zona Sul**

A produção agrícola orgânica na zona Sul de São Paulo foi pesquisada por Badue (2007), Jesus (2016), Nakamura (2017) e Coradello (2015), entre outros. Enquanto esses dois últimos tratam diretamente da Cooperapas, os outros dois apresentam uma visão mais ampla da região, sendo que Badue (2007) aborda especificamente a inserção de produtos orgânicos nas merendas escolares num momento anterior à formação da referida cooperativa e Jesus (2016) pesquisa a juventude e a agricultura familiar. A Cooperapas (Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo) foi fundada em 2011 e, até o momento, é a única cooperativa agrícola na cidade de São Paulo (NAKAMURA, 2017; CORADELLO, 2015). Os objetivos principais dessa cooperativa são fortalecer a comercialização dos agricultores da região e facilitar o acesso às políticas públicas de incentivo à agricultura familiar. Como observou Gabanyi (2014), apenas 10% dos agricultores da zona sul fazem parte da Cooperapas e não estão na agricultura convencional baseada no agrotóxico.

O trabalho de Badue (2007) acompanha, em 2006, o começo do Diagnóstico da Agricultura Local realizado pela CAE Parelheiros, naquele momento, com 107 agricultores nos distritos de Parelheiros e Marsilac, em que 92% deles se declararam como parte do sistema convencional e 8% no sistema orgânico (por autodeclaração). Da produção, 69% eram de hortaliças e frutas, 29% de plantas ornamentais e 2% deixaram a atividade. Sobre a

---

<sup>15</sup> Em pesquisa anterior, mapeei e analisei as redes na zona sul de São Paulo relacionadas aos movimentos da cultura Hip Hop e encontrei uma série de iniciativas relacionadas à agricultura orgânica e à segurança e soberania alimentar. Ver: AUTOR; Hardargh (2014).

comercialização, 42,9% vão para a CEAGESP (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo), 28% para feiras livres e 26,1% para intermediários; para outros mercados (sacolões, supermercados, mercados locais etc.) são destinados 14% (há sobreposição nas porcentagens). Quanto à propriedade da terra, a grande maioria declarou estar regular (entre 73 e 88%).

Dez anos depois, a pesquisa de Jesus (2016) apresenta o perfil de um número maior de agricultores e das condições de trabalho na zona Sul de São Paulo. Um conjunto de técnicos (incluindo num período a autora) com a CAE Parelheiros – conforme referido em Badue (2007) - fez um cadastro dos agricultores, entre 2006 e 2012, e chegaram ao número de 316 pessoas, num total da área cadastrada de 4.756,3 ha, sendo 1.251,9 ha de plantações temporárias, 123,9 ha de cultivos perenes, 516,7 ha de pastagens, 534,4 ha de pousio e 42,7 ha de brejo/várzea. (Esses números são maiores do que os apontados pelo IBGE, 2006). Os cultivos estão distribuídos assim: plantas ornamentais em 256,6 ha; olerícolas em 1.066,6 ha; eucalipto em 146,6 ha; frutíferas em 74,2 ha e 167 ha de outras plantações. Do total de entrevistados, 195 vivem em estabelecimentos de até 10 ha; 56, entre 11 e 20 ha; 45, entre 21 e 50 ha e 19 entre 51 e 150 ha. Observa-se que, pelo tamanho da área, parte são considerados agricultores familiares e outros não seriam, mas basicamente todos vivem como produtores familiares mesmo com uma área maior do que o estabelecido por lei para ser considerado agricultor familiar. Para 176 agricultores, 100% da renda provém da agricultura e para os demais, essa porcentagem varia de 90 a 30%. Para mais de 200 pessoas, o predominante é o uso da mão-de-obra familiar, mesmo no caso de jovens que foram para a cidade, voltam para ajudar na colheita. Para cerca de 50 pessoas, há o uso de mão-de-obra externa assalariada. Para a maioria, a situação da terra não está regularizada. Dentre os entrevistados, 137 pertencem ao sindicato rural, 32 a alguma associação e 30 são da Cooperapas (JESUS, 2016).

A pesquisa de Coradello (2015) realiza uma sistematização da experiência da Cooperapas, sendo que autora é uma das socio-fundadoras dela. Segundo ela, a maioria do cooperados está na “transição agroecológica”, ou seja, na gradual construção do conhecimento agroecológico como processo vinculado ao aprendizado e à troca de saberes, experiências e interpretações dos contextos em que vivem e produzem. A autora relata os antecedentes que vão gerar a Cooperapas. Em 2010, uma parceria entre Governo do Estado e Prefeitura criou o Protocolo de Boas Práticas Agroambientais em que um grupo de agricultores se comprometeu a realizar a conversão agroecológica em quatro anos eliminando o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos e reflorestar áreas degradadas, entre outros pontos. Com isso, os agricultores puderam participar das Feiras de Agricultura Limpa, no Parque Burle Marx, no modelódromo do Ibirapuera ou na feira de São Mateus, na zona leste. Antes, em 2006, uma parte dos agricultores participou de atividades promovidas

pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP (ITCP). Assim como houve projetos com a colaboração do Instituto 5 Elementos, uma ONG que auxiliou na organização da produção orgânica. A Associação de Agricultura Biodinâmica (AAB) realizou, em 2009, um projeto para a certificação participativa de oito agricultores na região. Cerca de 100 agricultores passaram por tais processos. Em entrevistas realizadas, Coradello (2015) mostra que, sobre a agroecologia, alguns responderam que é um sistema produtivo ecológico além de não usar agrotóxicos; outros dois não souberam responder por não conhecer o conceito, mas mostraram que entendem a ideia e a prática.

A pesquisa de Nakamura (2017) mostra que os agricultores da Cooperapas transitam entre a agroecologia, a agricultura orgânica e a biodinâmica. Localiza em mapa os grupos pertencentes à produção biodinâmica, que são sete sítios, e quatro sítios participantes de OCS. Vale destacar o perfil dos cooperados identificados por Nakamura (2017), que atualiza e complementa as pesquisas anteriores. Eles se veem como agricultores familiares. Há pessoas cujos pais e avós trabalharam na roça, outras que buscavam sair do meio urbano sem ter um passado de agricultor e os que visavam mudar de vida tornando-se agricultores. Quanto à escolarização, sete tem formação superior, cinco com segundo grau completo, dois com fundamental completo, dois com o fundamental incompleto e dois sem instrução. Apenas dois entrevistados têm 100% da renda proveniente da agricultura e os outros dependem de fontes externas, como “bicos”, realização de eventos no sítio e aposentadoria. Apenas um deles acessou o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Os consumidores da produção são: restaurantes, vizinhos, conhecidos; Instituto Chão; feiras livres orgânicas; atravessadores; mercado e sacolão.

### **Os “esquecidos” Guarani Mbya e a bandeira da agroecologia**

A luta dos Guarani quase não é retratada como parte do movimento pela agroecologia na cidade de São Paulo. No distrito de Parelheiros, as terras indígenas passaram de 52 ha para 16.000 ha. Por volta de 2010, estavam com uma população de mil pessoas e oficialmente eram apenas as aldeias Tenondé Porã e Krucutu com 26 ha cada. Atualmente, a população está em torno de 3.000 pessoas, foi conquistada a declaração demarcatória de uma área de 16.000 ha e tem 6 aldeias.

O artigo de Jerá Poty (2016) descreve esse processo de retomada das terras indígenas na zona sul de São Paulo. A autora, uma das lideranças dessa luta, localiza uma inquietação, em 2012, pela falta de terra para conseguirem reproduzir o modo de ser



Guarani (*Nhandereku*)<sup>16</sup>. Ela mesma estava angustiada porque não tinha área suficiente para plantar batata-doce, milho, mandioca. Para ela, o povo Guarani se caracteriza por ser calmo, paciente e cauteloso, mas a paciência tinha chegado ao limite e resolveram partir para atos de manifestação, como fechar a Rodovia Bandeirantes, e fazer uma audiência com o então Ministro da Justiça. Resolveram fazer retomadas de áreas reconhecidas como originárias dos Guarani começando por uma com um suposto dono que a abandonara há mais de dez anos. Ali virou a aldeia Kalipety, onde Poty é uma das lideranças. Em 2016, o então Ministro da Justiça Eugênio Aragão passou a regularizar algumas terras indígenas ausentes de disputas. Foi a oportunidade para eles, que, então, ocuparam o escritório da Presidência da República em São Paulo (na Av. Paulista). Enquanto os *Xondaro* (guerreiros) ocupavam esse escritório, outras lideranças, como Jerá Poty, foram à Brasília para se reunirem com o ministro. Descreve que colocou na mesa dele um pouco da terra dura e seca da aldeia Tenondé junto com embalagens de salgadinhos, bolachas e refrigerantes e ao lado um pouco da terra preta e boa da aldeia Kalipety com batata-doce, milho e mandioca para mostrar-lhe a necessidade de mais terras para uma vida saudável. Então, ele se comprometeu a assinar, no dia seguinte em São Paulo, a declaração demarcatória.

Em trabalho de campo na aldeia Kalipety, participei de uma entrevista com Jerá Poty<sup>17</sup>. Ela tem 38 anos, estudou pedagogia na USP e tem uma filha de 16 anos (que participou, em Belo Horizonte, do IV Encontro Nacional de Agroecologia, em junho de 2018). Contou que começou seu trabalho com os jovens da aldeia por volta de 2008 ou 2010. Naquela época sentiu que havia certo clima de dispersão na aldeia, os jovens estavam mais interessados na cultura dos “brancos” (*jurua*) do que na deles. Então se lembrou que quando criança sentia o chão tremer quando os adultos dançavam o *Xondaro*. Começou a fazer encontros com os jovens para dançarem. No começo, eles ficavam com o corpo duro e envergonhados e, em um mês, estavam soltos e envolvidos. O *Xondaro* serve como base para todas as atividades na aldeia, como o plantio, a caça, as caminhadas. Na sua visão, o processo de resgate da cultura Guarani levou à luta pelo aumento do território. Eles reivindicaram junto ao governo federal a ampliação da área, mas inicialmente não conseguiram. Decidiram fazer as retomadas (ocupar terras que estavam desocupadas e ancestralmente eram indígenas) e foram fazer manifestações públicas para pressionar o governo para demarcar. Quando foram convidados para participar da cerimônia de abertura da Copa do Mundo de Futebol de 2014, decidiram aproveitar a oportunidade para mostrar uma faixa com as palavras “demarcação já” (PACIORNIK, 2016). O ponto principal é que o

---

<sup>16</sup> Sobre o *Nhandereku*, sobre *Xondaro* e sobre o milho sagrado, ver os documentários disponíveis em: <http://videos.vvyrupa.org.br/nhandereko-nosso-modo-de-viver/>

<sup>17</sup> Entrevista realizada em 1/6/18, pela ONG Ashoka para a linha de trabalho: estratégia para a juventude na América Latina. Agradeço a Jerá Poty pela disposição em conversar e mostrar as plantações.

movimento de resgate de práticas Guarani, danças, cestarias e plantio, está associado à necessidade de mais terra.

Para Jerá, é necessário ter terras para poderem plantar e um dia serem autossuficientes em alimentos e no modo de vida. Ela visa que as aldeias não dependam da doação de cestas básicas de alimentos e roupas. Há aldeias mais dependentes e outras menos. Ela dá o exemplo do macarrão: muitos se acostumaram a comê-lo e agora ela conseguiu ter batata-doce e a aldeia não precisa consumir macarrão.

Após a entrevista, fomos conhecer os roçados. Jerá mostrou primeiro um pequeno canteiro com alface, batata-doce, feijão, mamão. Em seguida fomos a outra casa com um cercado de lado. No primeiro, ela disse que era um tipo de “agrofloresta” com milho, bananeira e mandiocas. Ao lhe perguntar se o plantio era consorciado, respondeu dizendo que esse plantio é o tradicional Guarani; eles sempre plantaram diferentes espécies juntas e nunca o monocultivo. No segundo, tem as leiras com feijão, batata-doce, milho e melancia amarela; estava começando a brotar e a terra estava coberta de folhas secas. Perguntei se faziam adubos orgânicos e me respondeu que sim, mas que ainda não era em quantidade suficiente então tinha que comprar. Conscientemente, ela se coloca como parte do movimento da agroecologia.

Pelo constatado nas aldeias de Parelheiros, destaca-se a necessidade de um território maior para os Guarani da aldeia do Pico do Jaraguá, na zona norte da cidade.

## **Agroecologia, movimentos socioespaciais e socioterritoriais e agricultura urbana**

A agroecologia precisa ser entendida pelo conjunto de movimentos socioespaciais e socioterritoriais no campo e na cidade (assentamentos de reforma agrária tipo Comunas da Terra, hortas comunitárias, associações de produtores orgânicos, terras indígenas etc.). As discussões conceituais a orientar as interpretações passam por: agroecologia, movimentos socioterritoriais e socioespaciais e agricultura urbana e periurbana (AUP).

Os estudos apontam que uma parcela muito pequena da produção agrícola é orgânica e/ou em transição agroecológica, cerca de apenas 1% do total é a estimativa. Então, a presença na cidade de São Paulo é significativa por ser maior do que essa estimativa. Entretanto, há o desafio tanto da disputa das ideias quanto das práticas agrícolas. Por isso, a necessidade de movimentos para sua expansão.

Há uma longa discussão sobre agroecologia, que não cabe aqui ser aprofundada, mas vale mostrar como está muito além da produção orgânica. Os diferentes autores concordam que a agroecologia se refere tanto a um conjunto de práticas quanto a uma

ciência. Como ciência, Altieri (2012) define a Agroecologia como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos para desenhar agroecossistemas sustentáveis, promovendo uma base ampla diante da complexidade. Porém, a discussão envolve um conjunto de questões, com um encadeamento entre elas, de modo que uma delas isolada não é suficiente para definir a agroecologia.

Em síntese, elencam-se seis questões envolvidas com a conceituação de Agroecologia:

1) Os pilares: ecologia, ecossistemas, preservação ambiental, sustentabilidade e as dimensões cultural, social e econômica. Na formulação de Altieri, trata-se de ecossistemas produtivos e preservadores dos recursos naturais, culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (ALTIERI, 2004, p. 21; 2012).

2) A agrobiodiversidade: criação humana de sistemas agrícolas com alta diversidade que simula o equilíbrio da natureza; quanto mais variedade melhor para o solo, para a saúde das plantas e para a oferta de alimentos (ALTIERI, 2004; 2012, p. 131; PRIMAVESI, 2016). O campesinato atual é símbolo da diversidade e a biodiversidade está associada à diversidade cultural (BARTRA, 2011).

3) Práticas exclusivas da pequena agricultura familiar camponesa (ALTIERI, 2012; BARTRA, 2011; MACHÍN SOSA *et al*, 2013). Destaca-se a presença das mulheres nas organizações camponesas (DESMARAIS, 2013). Políticas públicas são fundamentais (MACHÍN SOSA *et al*, 2013).

4) Diálogo de saberes entre conhecimentos científicos e conhecimentos locais camponeses e indígenas (ALTIERI, 2012; MACHIN SOSA *et al*, 2013)

5) As lutas políticas contra a cooptação do discurso da agroecologia pela agricultura industrial capitalista (ALTIERI e HOLT-GIMENEZ, 2016; GIRALDO e ROSSET, 2017).

6) A ação conjunta com movimentos sociais do campo pela soberania alimentar e a defesa da agroecologia como garantia desta (ALTIERI e HOLT-GIMENEZ, 2016; DESMARAIS, 2013; GIRALDO e ROSSET, 2017). Destaca-se aqui a adesão do MST à agroecologia (DESAMARAIS, 2013).

Uma questão complementar, se a presença de movimentos sociais camponeses é central, então é possível associar a agroecologia aos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, como conceituados por Fernandes (2005). O referido artigo de Giraldo e Rosset (2017) iniciou essa aproximação ao colocar a atual disputa política pela agroecologia como uma disputa territorial, seja no sentido material ou no campo das ideias, imateriais. Fernandes (2005) explica que, diferentemente dos estudos sociológicos sobre movimentos sociais, na Geografia interessa o movimento do espaço e sua transformação em território e

o espaço geográfico em sua totalidade. Nos movimentos socioterritoriais, o território é essencial para suas existências. “Os movimentos territorializados são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização” (FERNANDES, 2005, p. 31). Ao romperem com a escala local, organizam as redes que ampliam ações e espaços, coloca o autor. Trabalho recente do autor afirma que as políticas públicas para a agricultura familiar do período lulista (2003 a 2016) abriram possibilidades para a “territorialização da produção agroecológica” (HALVORSEN, FERNANDES e TORRES, 2019, p.10).

### **Agricultura urbana e periurbana (AUP) e agroecologia**

O trabalho de Santandreu e Lovo (2007) é um dos primeiros levantamentos de experiências de agricultura urbana e periurbana (AUP) nas regiões metropolitanas brasileiras. Os autores estudaram onze regiões metropolitanas: Belo Horizonte – MG, Curitiba – PR, Porto Alegre – RS, Rio de Janeiro – RJ, São Paulo – SP, Brasília – DF, Goiânia – GO, Belém – PA, Fortaleza – CE, Recife – PE e Salvador – BA, constatando a presença de agricultura urbana em todas as cinco regiões do país e identificando 635 iniciativas. Deste total, 75% estão nas capitais e os demais 25% nas cidades do entorno. A atividade de produção vegetal é a mais frequente, tanto para o autoconsumo (e para troca ou doação) como para a comercialização. A transformação ou agregação de valor é muito baixa. Do total de iniciativas, 537 são de produção, coleta ou extrativismo vegetal, 109 de produção animal, 12 de produção de insumos, 248 de comercialização, 175 de serviços e apenas 66 de transformação. Portanto, há uma diversidade de iniciativas, sendo que em 53% há mais de uma atividade. No geral, 72% têm a produção dentre suas atividades e 49% envolvem a comercialização (há uma intersecção). A presença da produção orgânica ou agroecológica é de 50% nas regiões Sul e Sudeste e de 60% nas Norte e Nordeste. Porém, não foi possível aferir o quão rigorosos são com tais preceitos. Na região Centro-Oeste, 85% utilizam os métodos convencionais de produção.

Os autores definem a AUP como a produção, a transformação e a prestação de serviços para gerar produtos agrícolas e pecuários voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, reaproveitando-se, de forma sustentável, os recursos e insumos locais. São atividades praticadas em espaços urbanos ou periurbanos, vinculadas à dinâmica urbana ou metropolitana e articuladas com as gestões territoriais e ambientais das cidades. Além disso, deve estar pautada pelo respeito aos conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gêneros, pelo uso de tecnologias apropriadas e por processos participativos de gestão. Quem participa são indivíduos ou grupos, sendo que se destacam

as pessoas em condições de vulnerabilidade, como mulheres, desempregados, migrantes, crianças, jovens e idosos (SANTRANDREU e LOVO, 2007, p. 11). Por fim, destaca-se a tipologia apresentada pelos autores sobre os locais utilizados. Em espaços privados, há lotes vagos, terrenos baldios (particulares ou com dúvidas sobre a propriedade), lajes e tetos, quintais ou pátios e áreas verdes em conjuntos habitacionais. Em espaços públicos, há terrenos (municipais, estaduais ou federais) de áreas verdes urbanas, como praças e parques; institucionais, como escolas, creches, postos de saúde, hospitais, presídios e edifícios; em locais não edificáveis, como laterais de vias férreas, de estradas e avenidas, margens de cursos d'água, áreas inundáveis e faixas sob linhas de alta tensão; em áreas de unidades de conservação e em áreas de tratamento ambiental.

Damasio (2015) realiza revisão bibliográfica sobre a agricultura urbana e periurbana (AUP). Apresenta uma conceituação final de AUP como “prática de cultivo de alimentos, plantas medicinais e aromáticas e pequenas criações de animais” no ambiente urbano e periurbano, “utilizando espaços ociosos e recursos locais” e desenvolvida por populações marginalizadas, em sua maioria mulheres, visando suprir necessidades nutricionais, ocupacionais, educacionais, terapêuticas e de empoderamento social (DAMASIO, 2015, p. 14).

Constatam-se as proximidades entres as discussões vistas com a agroecologia e as da agricultura urbana. O ensaio de Biazoti (2017) confirma a convergência entre as duas.

## **Considerações finais**

Os movimentos das hortas urbanas são agricultura urbana e periurbana, cujos ativistas, muitos deles, são defensores da agroecologia. Tomada pelo sentido técnico, a situação retratada, de modo geral, é de transição agroecológica, a Cooperapas, por exemplo, é caracterizada assim. O terceiro passo da transição agroecológica, que é o redesenho de toda a organização da produção, é algo mais complexo e, provavelmente, ainda não realizado nas distintas experiências retratadas. Quando são colocadas as seis questões sobre a agroecologia, a situação parece mais distante. No entanto, a configuração do conjunto retratado na cidade de SP e seus arredores mostra o potencial de espraiamento dos movimentos pela agroecologia.

As questões ligadas à agroecologia (os pilares, a agrobiodiversidade, os camponeses, o diálogo de saberes, a luta contra a cooptação e a necessidade dos movimentos sociais) estão presentes quando analisado o conjunto mapeado e não nos casos singulares. Em cada caso, há a presença de alguns dos tópicos, mas um tem mais destaque. Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais estão presentes e a politização

da luta é clara nas Comunas da Terra, entre os Guarani, nos coletivos das hortas urbanas. Na literatura sobre a Cooperapas, constata-se o diálogo entre o saber tradicional e os conhecimentos científicos. Os moradores da Comuna da Terra Irmã Alberta vivem um processo de reconstrução da identidade camponesa, sendo pessoas de origem rural que viveram na metrópole por anos.

O mapa sintetiza a dinâmica da agroecologia na cidade de São Paulo pela existência de dois movimentos combinados, um socioespacial e outro socioterritorial. O movimento socioespacial se manifesta com ações de agricultura urbana de hortas comunitárias em áreas públicas ou particulares, na articulação entre moradores, ONGs, ativistas, universidade, militantes do MST e redes das periferias. Está presente pela cidade em pontos específicos como as hortas e em malhas de rede como os coletivos Permaperifa e Hortelões Urbanos, por exemplo, localizando-se nas zonas norte, sul, leste e centro-oeste. Quando esse movimento socioespacial se apropria de uma praça pública com a realização de uma horta comunitária está se territorializando porque entra na disputa – com os poderes públicos e com outros frequentadores – pela configuração e pelo uso do espaço público. A luta Guarani é claramente por soberania alimentar, no sentido em que os grupos a constroem e o Estado deve garanti-la.

O movimento socioterritorial está nos sítios dos agricultores orgânicos da Cooperapas, nas aldeias indígenas Guarani da zona sul e na Comuna da Terra Irmã Alberta, em Perus, zona norte. Alguns militantes ou ativistas do movimento socioespacial da agroecologia fazem a conexão com a Comuna da Terra Irmã Alberta. Nota-se, então, uma retroalimentação em que os movimentos socioespacial e socioterritorial se consolidam e se fortalecem na relação um com o outro. O ganho de escala dependerá da força da combinação dos movimentos e da conquista de territórios.

## **Bibliografia**

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012, 3ª. edição.

ALTIERI, Miguel & HOLT-GIMENEZ, Eric. Can Agroecology survive without being coopted in the Global North? In: **SOCLA (Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología) papers**, janeiro de 2016.

BADUE, Ana F. B. Inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar: as potencialidades da participação e as representações sociais de agricultores de Parelheiros,

São Paulo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública – FSP/USP. São Paulo, 2007.

BADUE, Ana F. B. e GONÇALVES, Lucila P. A conquista do marco legal de AUP: a experiência de São Paulo (SP). In: SANTANDREU, Alain e LOVO, Ivana C. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua promoção**. Identificação e caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. Belo Horizonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, 2007.

BARTRA, Armando (Bartra Verges). **Os Novos Camponeses: leituras a partir do México profundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BIAZOTI, André R. A insustentável leveza hortelã: agricultura urbana como ferramenta de transformação. In: SORRENTINO, Marcos *et al.* (Orgs.). **Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis**. Piracicaba, SP: MH-Ambiente Natural, 2017.

CORADELLO, Mara A. Sistematização da experiência da CooperAPAs: uma cooperativa de produtores agroecológicos de Parelheiros, São Paulo/SP. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade – FSP/USP. São Paulo, 2015.

DAMASIO, Mariana A. Panorama da agricultura urbana e periurbana (AUP). Os potenciais de abrangência socioambiental das práticas de AUP. Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Instituto de Biociências – UNESP. Rio Claro, 2015.

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Planejamento Agropecuário). **Marco Referencial em Agroecologia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Ano 8, No. 6, Presidente Prudente, 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf>. Acessado em: 30/8/2018.

GABANYI, Samuel. A diversidade de práticas de agricultura urbana na cidade de São Paulo. **Informações Econômicas**. São Paulo, Vol. 45, No. 6, dez. 2015, p. 95-101.

GIRALDO, Omar F. e ROSSET, Peter M. Agroecology as a territory in dispute: between institutionality and social movements, in: **The Journal of Peasants Studies**, latest articles, Ago, 2017. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2017.1353496>. Acessado em: 30/1/18.

HALVORSEN, S., FERNANDES, B. M. e TORRES, F. V. Mobilizing Territory: Socioterritorial Movements in Comparative Perspective. **Annals of the American Association of Geographers**, Mar. 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/24694452.2018.1549973>. Acessado em: 30/4/19.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Agropecuário – 2006. Seleção feita a partir da Tabela 4.1 – Estabelecimento e área da agricultura familiar, segundo as Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios – 2006. Disponível em:

[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censo\\_Agropecuario/Censo\\_Agropecuario\\_2006/agri\\_familiar\\_2006/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censo_Agropecuario/Censo_Agropecuario_2006/agri_familiar_2006/).  
Acessado em: 1/2/18.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Dados sobre produção Agropecuária por município, 2016. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2016/default.shtm>. Acessado em: 1/2/18.

JESUS, Aline D. F. O papel da juventude na agricultura familiar na zona sul do município de São Paulo. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – IPPRI/UNESP. São Paulo, 2016.

AUTOR; HARDAGH, Claudia C. Direito à dignidade e ao desenvolvimento solidário na zona sul de São Paulo – Brasil. Anais do Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: Aprendizagens Globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – Portugal, 2014. Disponível em: [http://alice.ces.uc.pt/coloquio\\_alice/wp-content/uploads/2015/08/Livro\\_DH.pdf](http://alice.ces.uc.pt/coloquio_alice/wp-content/uploads/2015/08/Livro_DH.pdf). Acessado em: 2/1/14.

MACHÍN SOSA, Braulio *et al.* **Revolução Agroecológica: o Movimento Camponês a Camponês da ANAP em Cuba**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Brasília – DF. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acessado em: agosto de 2018.

NAGIB, Gustavo. Agricultura Urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas. Dissertação de mestrado apresentada ao Depto. de Geografia – FFLCH/USP, 2016.

NAKAMURA, Angélica Campos. Cooperapas: agricultura e cooperativismo no extremo sul do município de São Paulo. Dissertação de mestrado apresentada do Depto. de Geografia – FFLCH/USP, São Paulo, 2017.

PACIORNICK, Victor F. **Xondaro**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Editora Elefante, 2016.

PELLIZON, Simone Ap. Hortas comunitárias: um novo paradigma na produção e consumo de alimentos nas áreas urbanas. **Revista Orbis Latina**, Vol. 7, No. 2. Foz do Iguaçu – PR, julho de 2017.

POTY, Jera. “*Aguyjevete pra quem luta!*”. In: Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil 2011/2016**. São Paulo: ISA, 2016, pp. 789-792.) Disponível em: [https://bd.trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/CGY\\_PIBAO2011-2016.pdf](https://bd.trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/CGY_PIBAO2011-2016.pdf). Acessado em: 30/7/18.

PRIMAVESI, Ana. **Manual do Solo Vivo: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio**. São Paulo: Expressão Popular, 2016. [Primeira edição de 2006.]

RIBEIRO, Silvana Ma. Agricultura urbana agroecológica sob o olhar da promoção da saúde: a experiência do projeto Colhendo Sustentabilidade – Embu das Artes – SP. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública – FSP/USP. São Paulo, 2013.



SALGADO, Mariah R. e MARCOS, Valéria de. Economia Solidária na cidade de São Paulo – o caso das cooperativas de consumo. Trabalho apresentado no XXI Encontro Nacional de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, de 15 a 19/10/2012. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1058\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1058_1.pdf). Acessado em: 3/4/18.

SANTANDREU, Alain e LOVO, Ivana C. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua promoção**. Identificação e caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. Belo Horizonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, 2007.

---

### Sobre o autor

---

**Marcelo Gomes Justo** – Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais (1993), Mestrado (2000) e Doutorado (2005) em Geografia Humana – todos realizados na USP. Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - TerritoriAL - IPPRI/UNESP. Pesquisador credenciado junto Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais - IPPRI/UNESP. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-1448-2149>

---

### Como citar este artigo

---

JUSTO, Marcelo. Agroecologia e agricultura urbana na cidade de São Paulo: movimentos socioespaciais e socioterritoriais. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 218-242, set.-dez., 2020.

---

Recebido para publicação em 25 de julho de 2019.  
Devolvido para a revisão em 15 de setembro de 2019.  
Aceito para a publicação em 23 de setembro de 2019.

---